

-----**ASSEMBLEIA MUNICIPAL DE TORRES VEDRAS**-----

-----**COMISSÃO PERMANENTE DE LÍDERES / COMISSÃO PERMANENTE DE SAÚDE**-----

-----**VIDEOCONFERÊNCIA**-----

-----**REUNIÃO CPL n.º 3 e CPS n.º 6 /Ano 2020**-----

**Ata 30/04/2020**

**Hora de Início 18H00 /Fim 19h00**

**Presenças:**-----

José Augusto Carvalho-----  
Jacinto Leandro-----  
Rui Prudêncio-----  
Susana Neves-----  
Rita Sammer-----

Teresa Oliveira-----  
Pedro Castelo-----  
João Rodrigues-----  
Sérgio Jacinto-----  
-----

**Falou:**-----  
António Fortunato-----  
Rita Vilela-----  
-----

**Assuntos tratados:**-----

**1- Assuntos CPL:**-----

1.1- Votos/Moções e Recomendações-----

1.2- Participação do Público

**2- Assuntos Comissão de Saúde:**

**Conclusões:**-----

1- Assuntos CPL-----

1.1 – O tempo atribuído à apresentação e discussão dos Votos/Moções e Recomendações voltou a ser revisto. Depois da experiencia de atribuir um tempo específico a cada documento (5 minutos de apresentação + 21 minutos de discussão) ficou decidido voltar à primeira forma, atribuindo 60 minutos ao ponto e distribuindo o tempo pelo número de documentos.-----

1.2 – Foi discutida a legitimidade de o dirigente de uma estrutura politica se inscrever em nome pessoal para intervir no período aberto ao público e falar em nome do partido e apresentar requerimento timbrados pelo mesmo. Abrindo este precedente, este tipo de intervenções tem mais tempo (5 minutos) do que os grupos municipais minoritários. Ficou acordado não dar seguimento aos documentos.-----

Teresa Oliveira alertou também para o facto de não se dever permitir a inscrição com temas vagos com “vários” ou “adjetivações”. Por acordo entre todos, as inscrições do público terão de apresentar um ou vários assuntos concretos.-----

2- Passando aos assuntos da Comissão de Saúde, o presidente da Assembleia disse ter sido contactado pelo presidente da Assembleia Municipal de Caldas da Rainha com a proposta de uma nova reunião conjunta sobre o CHO, entre representantes de Torres Vedras, Caldas da Rainha e Peniche, a decorrer no mês de março. -----  
Sobre o Estudo de Prestação de Serviços para Caracterização do Novo CHO, Rita Sammer disse estar surpreendida com a posição da Comissão de Caldas da rainha. Tendo havido essa oportunidade, colocou a questão ao presidente da Câmara de Caldas sobre a adjudicação do estudo pela AMO+ e não pela OesteCIM. Partilhou que o presidente daquela Câmara Municipal garantiu que a adjudicação não avançou e devolveu a questão referindo-se à moção conjunta (de 29 de abril) que foi aprovadas nos 3 municípios e perguntando que sequência teve este documento em Torres Vedras. Disse ainda que o que, para Caldas da Rainha, o que foi ali deliberado seria para cumprir e que não abririam mão do concurso público.-----  
Relativamente à OesteCIM e à comissão de Saúde intermunicipal ali criada, estão a ser levantadas questões sobre as senhas de presença que podem por em causa a continuidade dos trabalhos deste grupo mas, segundo Rui Prudêncio, membro da comissão, o que está previsto é que seja um representante da comissão de Saúde

da OesteCIM em conjunto com um representante da ARS e outro do CHO a tratar dos procedimentos para o protocolo para a realização do suprarreferido Estudo.-----

Quando questionado por Rita Sammer sobre a participação da ARS e do CHO, Rui Prudêncio respondeu eu o caderno de encargos para Estudo é resultado do trabalho deste grupo tripartido. Não partilha da opinião de que só se assegura a transparência através de um concurso público. Há outras formas como a consulta pública. Aquando da Moção, pensava-se que seria a OesteCIM a adjudicar mas afinal será a comissão tripartida a trabalhar no assunto e isto permitira uma visão mais abrangente. Alertou para a urgência em avançar e que deitar tudo este esforço por terra em prol de um concurso público vai demorar muito perto de 2 anos. -----

Pedro Castelo e Susana Neves concordam que um concurso público pode demorar muito tempo e ainda assim não garantir a devida transparência. Ambos sugerem a consulta pública, com a aceitação de Caldas e Peniche. João Rodrigues não concorda pois sempre se falou em concurso público. -----

Jacinto Leandro propôs que o assunto seja discutido na reunião com Calas e Peniche mas o presidente da Assembleia Municipal alertou para o facto do tema se ir a torar “uma novela” que venha a dividir posições. --- Concordando, Rita Sammer recordou a importância dos municípios interessados não se colocarem “uns contra os outros” sob pena de nada acontecer.-----

Para Rui Prudêncio “o mais importante é ter um novo Hospital no Oeste o mais rápido possível” e que o mais importante é avançar para “o passo seguinte”. Na OesteCIM cada concelho tem um voto, não é como na União Europeia em que importa o “peso” do país.-----

No limite, se não for possível alcançar a unanimidade, importa garantir a maioria. Para este deputado municipal, seria desejável um entendimento comum mas não deve haver subserviência. -----

José Augusto Carvalho foi contactado pelo presidente da OesteCIM que lhe pediu que a Assembleia Municipal se pronunciasse sobre o documento até ao final de fevereiro de modo a que os contributos de Torres Vedras possam ser tidos em conta. Assim, propôs a inclusão da apreciação do documento na próxima sessão ficando o assunto em aberto.-----

Depois de ouvir as várias posições, Teresa Oliveira pediu a palavra para dizer que não encontra motivos válidos para aprovar esta proposta de prestação de serviços porque muito do que aqui foi dito não consta do documento, por exemplo a comissão tripartida. Dizem que é assim mas não está lá escrito. E quem paga?-----

O presidente da Assembleia municipal propõe que a comissão de Saúde demonstre concordância com a proposta da Câmara e que, relativamente à questão da posição da comissão perante o concurso público, se vote.-----

Por maioria de votos, a comissão de saúde decidiu dar parecer negativo à exigência de um concurso público. -- Após a votação, Rita Sammer voltou a apelar a que não se fragilize o entendimento que os municípios conseguiram com “pinças”.-----

Foi posteriormente colocado à discussão um documento em que a comissão propõe a consulta pública e o documento foi aprovado por maioria, com os votos contra de Teresa Oliveira do CP e João Rodrigues do BE. --

-----

a)

